



32553168



25351.932159/2022-50



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria Nacional do Consumidor
Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos

VOTO CMED-SENACON/DPDC/SENACON

RELATÓRIO

1. Trata-se de Processo Administrativo Sancionatório no qual se verifica a aplicação de penalidade de multa à empresa A7 DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI, CNPJ: 12.664.453/0001-00, no valor de R\$ 204.725,38 (duzentos e quatro mil, setecentos e vinte e cinco reais e trinta e oito centavos), nos termos da Decisão nº 51, de 02 de março de 2023 (fls. 66-72), tendo interposto Recurso Administrativo (fls. 86-90) ao Comitê Técnico-Executivo da CMED (CTE/CMED), conforme lhe faculta o Art. 29 da Resolução CMED nº 02, de 16 de abril de 2018.

2. Considerando o sorteio realizado na ocasião da 5ª Reunião Ordinária do CTE/CMED, realizada no dia 19 de junho de 2023, coube a relatoria do recurso a esta SENACON/MJSP.

3. Em sede de primeira análise, o caso foi assim sumariado, in verbis:

1.1. Trata-se de Processo Administrativo de interesse da empresa A7 DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI., CNPJ: 12.664.453/0001-00, instaurado em 17/01/2023, por meio do DESPACHO Nº 1450/2022/SEI/SCMED/GADIP/ANVISA (SEI nº 2132531), após denúncia encaminhada pela Secretaria de Estado da Saúde de Sergipe, em razão da oferta de medicamentos por preço superior ao Preço Máximo de Venda ao Governo (PMVG) no contexto do Pregão Eletrônico SRP nº 50/2018 (SEI nº 2132525), conforme instrução processual oriunda de informações repassadas através do Ofício nº 1161/2018-SES (SEI nº 2132524).

1.2. Em sede de investigação preliminar, foi elaborada a NOTA TÉCNICA Nº 445/2022/SEI/SCMED/GADIP/ANVISA (SEI nº 2132535 e nº 2132555), em 16/01/2023, que, após averiguar as ofertas no Pregão Eletrônico SRP nº 50/2018 (SEI nº 2132525), informou que:

"Em sede de investigação preliminar foi consultado se os medicamentos constavam do rol de produtos sobre os quais se deve aplicar o Coeficiente de Adequação de Preços (CAP) e foi verificado também se os medicamentos constam do rol de medicamentos do Convênio CONFAZ nº 87/2002, que concede isenção de ICMS nas operações com fármacos e medicamentos destinados a órgãos da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal. Foram analisados todos os itens ofertados pela empresa A7 DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI no Pregão nº 50/2018:

Item 1: Albumina Humana

Item 9: Rocurônio Brometo

Encontramos indícios de infração em relação ao medicamento Blaubimax, Albumina Humana, apresentação: 20 PPC Solução Injetável frasco de 50 ml, foi ofertada a R\$ 283,72 (duzentos e oitenta e três reais e setenta e dois centavos) a unidade.

Contudo, o Preço Fábrica (PF) 18% desta apresentação é R\$ 263,72 (duzentos e sessenta e três reais e setenta e dois centavos).

A empresa A7 DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI ofertou medicamentos por valor superior ao seu Preço Fábrica (PF). O valor total da diferença entre o preço praticado e o preço aprovado pela CMED foi de R\$ 236.160,00 (duzentos e trinta e seis mil, cento e sessenta reais), conforme memória de cálculo constante do Anexo."

1.3. Instaurado o processo, a empresa foi informada de sua abertura por meio da NOTIFICAÇÃO Nº 699/2022/SEI/SCMED/GADIP/ANVISA (SEI nº 2132829), de 17/01/2023, tendo o Aviso de Recebimento (AR) retornado informando que assinatura ocorreu em 23/01/2023 (SEI nº 2258248).

1.4. A empresa protocolou defesa administrativa (SEI nº 2264228 e anexos) em 22/02/2023, conforme comprovante de protocolo (SEI nº 2264259), alegando, em síntese:

a) que não houve contratação ou venda do produto, já que o certame licitatório, conforme consta na ata de realização do certame;

b) que não houve venda do produto nem mesmo envio de proposta escrita, pois o objeto do certame não foi adjudicado à signatária;

c) que o conceito do termo "ofertar" não abrange o simples cadastramento de proposta em pregão eletrônico, como foi o caso;

d) que a oferta ocorre somente após o certame alcançar a fase de proposta definitiva;

e) que no presente caso sequer houve dano, já que não houve concretização de venda. Nesse sentido, se é cabível arquivamento do processo por reparação dos danos na hipótese em que há dano, quando este dano não acontece, também deve ser igualmente aceita a tese de inexistência de prejuízo como fundamento para arquivamento do processo administrativo, tal como aconteceu no presente caso;

f) que a denúncia encaminhada pela Secretaria de Estado de Saúde de Sergipe menciona apenas a empresa NOBILE MEDICAL como violadora dos preços máximos da CMED, sem mencionar a A7 DISTRIBUIDORA, tendo em vista que a Administração Pública firmou contrato apenas com aquela;

g) que houve decadência administrativa para apuração dos fatos, pois o intervalo entre a ciência da infração, que se deu em maio de 2018, e a instauração do processo, em 17/01/2023, superou o intervalo de 03 (três) anos;

h) que, quando o fato denunciado ocorreu, a Resolução CMED nº 02/2018 não estava em vigor;

i) que não havia na Lei 10.742/03 nenhuma determinação no sentido de obrigar os distribuidores de medicamentos a observarem o preço fábrica em oferta a órgão da Administração Pública, conforme já houve decisão judicial reconhecendo;

j) Ao final, requer sejam acolhidos os argumentos de defesa e determinado o arquivamento do processo.

1.5. É o relatório. Passo à análise.

4. Ao se analisar o caso (Decisão nº 51, de 02 de março de 2023, da Secretaria-Executiva da CMED), verificou-se que foi aplicada, em face da recorrente, multa no valor de R\$ 204.725,38 (duzentos e quatro mil, setecentos e vinte e cinco reais e trinta e oito centavos), pela prática da infração de oferta de medicamento por preço superior ao permitido, para a Administração Pública.

5. No que importa, o ato de primeira análise se baseou nas seguintes premissas para condenar a representada:

- A empresa foi intimada a compor o presente processo administrativo por ofertar o medicamento Blaubimax (albumina humana), para a Secretaria de Estado da Saúde de Sergipe, em razão da oferta de medicamento por preço superior ao Preço Máximo de Venda ao Governo (PMVG). No presente caso, não se aplica o Coeficiente de Adequação de Preço (CAP), bem como não se aplica o Convênio CONFAZ nº 87/02.

- Trata-se de infração capitulada na Orientação Interpretativa nº 1, de 13 de novembro de 2006, e da Orientação Interpretativa nº 2, de 13 de novembro de 2006 e Resolução CMED nº 03, de 02 de

março de 2011.

- Resultou em um valor a maior de R\$ 236.160,00 (duzentos e trinta e seis mil, cento e sessenta reais).

- Não há como questionar a ocorrência da infração, diante da cadeia de normas que resultou no agrupamento de regras previstas na vigente Resolução nº 2, de 16 de abril de 2018, a qual estabelece expressamente a existência de infração quando há comercialização (oferta) de medicamento por preço superior ao limite máximo, prevendo as cautelas e regras que uma empresa deve observar ao negociar com o Poder Público, ainda que meramente por meio de envio de Proposta ou Cotação de Preços.

- Quanto à dosimetria, deve a penalidade pecuniária ser calculada em consonância ao indicativo vigente à época dos fatos, elaborado pelo Comitê Técnico-Executivo (CTE) desta CMED em 22/08/2013, que, no caso de infração quantificável, determina:

OFERTA

m

$$M = (a + a.i)$$

M = multa apurada no processo administrativo para cada infração;

a = diferença entre o valor praticado e o preço CMED, por apresentação multiplicada pela quantidade ofertada, nos casos em que tal demanda seja quantificável;

m = M, antes do agravamento por reincidência;

i = índice de ajuste face à condição econômica do agente, nos termos propostos abaixo.

TABELA: Índice de Ajuste face à Condição Econômica do Agente

Faixas	Faturamento médio no ano do ilícito	Índice de ajuste
A	$x \geq 100.000.000,00$	0,1%
B	$50.000.000,00 \leq x < 100.000.000,00$	0,7%
C	$25.000.000,00 \leq x < 50.000.000,00$	0,5%
D	$10.000.000,00 \leq x < 25.000.000,00$	0,3%
E	$x < 10.000.000,00$	0,2%

- Considerando que o porte presumido da empresa A7 DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI., CNPJ: 12.664.453/0001-00, conforme sistema DATAVISA, é GRANDE - GRUPO I, enquadra-se, pois, na Faixa B da tabela acima.

Dados da Empresa			
Razão Social:	A7 DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	CNPJ:	12.664.453/0001-00
Tipo do CNPJ:	MATRIZ	Ano Base:	2019
Nome Fantasia:	[sem informação]	Porte:	GRANDE - GRUPO I Histórico de Porte
Situação de Cadastro:	CADASTRADA	Inscrição Estadual:	2019

- Com base nessas premissas, este foi o cálculo da multa-base:

CÁLCULO DE MULTA SOBRE A OFERTA DE MEDICAMENTOS POR PREÇO SUPERIOR AO PERMITIDO (PMVG=PF)							
Empresa:	A7 DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI.			Nº CNPJ	12.664.453/0001-00		
Processo Nº	25351.932159/2022-50			FAIXA DE FATURAMENTO DA EMPRESA À EPOCA DA INFRAÇÃO		FAIXA B	
FATURAMENTO DA EMPRESA À EPOCA DA INFRAÇÃO		R\$	51.000.000,00	TOTAL DE MULTA A RECOLHER		R\$	307.088,08
Valor da UFIR de nov/2000 atualizado pelo IPCA e até setembro/2022	4,050728052	Total Multa em UFIR	75.811	TOTAL MÁXIMO A RECOLHER		R\$	307.088,08
PRODUTO	Apresentação	Data da INFRAÇÃO	Faturamento a maior À EPOCA DA INFRAÇÃO	Faturamento Corrigido pela Selic	% Multa	Concretização	Multa em R\$
BLAUBIMAX (albumina humana)	20 PPC SOL INJ CT FR AMP 50ML + EQP	mar-18	R\$ 236.160,00	R\$ 304.953,41	0,7%	Oferta	R\$ 307.088,08

- Quanto às circunstâncias agravantes, não se vislumbra nenhuma

das hipóteses previstas no art. 13, inciso II, da Resolução CMED nº 02/2018. Isso porque as demais hipóteses de agravante, à exceção da de reincidência, foram inseridas no ordenamento jurídico com a Resolução CMED nº 02/2018; posterior, pois, à data de cometimento das infrações analisadas neste processo, que datam do ano de 2017.

- Quanto às atenuantes, considerando que a empresa não possui condenação transitada em julgado perante a CMED, em período anterior ao cometimento das infrações analisadas no presente processo, num prazo de cinco anos, é hipótese de atenuante de 1/3, nos termos do art. 13, inciso I, alínea "a", da Resolução CMED nº 02/2018.

- Assim, considerando a atenuante de 1/3 sobre o valor da multa base de R\$ 307.088,08 (trezentos e sete mil, oitenta e oito reais e oito centavos), tem-se que a multa final resulta no valor de R\$ 204.725,38 (duzentos e quatro mil, setecentos e vinte e cinco reais e trinta e oito centavos).

6. Depreende-se dos autos que a recorrente foi intimada da Decisão, na modalidade de Aviso de Recebimento – AR por carta registrada, em 10 de março de 2023, para efetuar o pagamento da multa ou apresentar Recurso ao Comitê-Executivo da CMED.

7. A empresa apresentou recurso administrativo em 04 de abril de 2023 tendo sido atestado, em despacho da SCMED, o cumprimento dos requisitos de tempestividade, legitimidade, cabimento e interesse.

8. No recurso, a recorrente apresentou, em síntese, os seguintes argumentos:

a) que no presente processo não houve venda, somente o cadastramento para participar do pregão eletrônico;

b) que a norma interpretativa não pode vincular os licitantes, bem como a empresa não pode ser penalizada com base em Resolução publicada em data posterior ao ato ou fato a que se pretende penalizar;

9. Relatado. Passa-se à análise.

a) Sobre a legalidade e o mérito da sanção de multa aplicada

10. Preliminarmente, importa destacar que a Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED) é um órgão do Conselho de Governo da Presidência da República, criado pela Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003, (*"Define normas de regulação para o setor farmacêutico, cria a Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos - CMED e altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, e dá outras providências"*) e regulamentada pelo Decreto nº 4.766, de 26 de junho de 2003, e foi instalada com o objetivo de adotar, implementar e coordenar a regulação econômica do mercado de medicamentos e implementar uma política de acesso aos medicamentos e assistência farmacêutica à população.

11. No âmbito de sua atuação regulatória, a Câmara define diretrizes e procedimentos relativos à regulação econômica do mercado de medicamentos; estabelece critérios para fixação e ajuste de preços de medicamentos; determina os critérios para a fixação dos preços dos produtos novos e novas apresentações de medicamentos; propõe a adoção de legislações e regulamentos referentes à regulação econômica do mercado de medicamentos; e detém poder de polícia administrativo, podendo também aplicar penalidades face ao descumprimento das normas que orientam a atividade do setor regulado.

12. No campo constitucional, a atuação da CMED decorre do art. 196 da Constituição da República, que trata da tutela constitucional do direito de acesso universal e igualitário à saúde, cuja responsabilidade é partilhada pelo Estado e por toda a sociedade. Em âmbito infraconstitucional, menciona-se, inicialmente, a Lei 8.080/1990, a Lei Orgânica da Saúde, que criou o Sistema Único de Saúde (SUS), reiterou que a assistência à saúde é livre à iniciativa privada, e definiu, dentre as atribuições do SUS, a "formulação da política de medicamentos (...)" [art. 6º, VI] e a responsabilidade pela "execução de ações de assistência terapêutica integral, inclusive farmacêutica" [art. 6º, I, d].

13. Quanto às leis ordinárias e decretos que orientam, de modo específico, a atividade da CMED, tratam-se das seguintes: (i) a Lei nº

10.742/2003, que define as normas de regulação para o setor farmacêutico, cria a CMED e dá outras providências, (ii) o Decreto nº 4.766/2003, que regulamenta a criação, as competências e o funcionamento da CMED, e (iii) o Decreto nº 4.937/2003, que regulamenta o art. 4º da Lei nº 10.742/2003, para estabelecer os critérios de composição de fatores para o ajuste dos preços de medicamentos.

14. Ainda, muito da atividade exercida pela CMED é operacionalizada por atos normativos infralegais, que tem sua cogência e validade derivada de sua relação de subordinação e vinculação com os atos legislativos acima listados. As regras de tramitação processual, bem como a aplicação de sanções, obedecem ao disposto na Resolução CM-CMED nº 02 de 16 de abril de 2018, com aplicação subsidiária dos comandos da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999 (*Lei do Processo Administrativo Federal*), bem como das disposições das leis nº 9.873, de 23 de novembro de 1999 (*"Estabelece prazo de prescrição para o exercício de ação punitiva pela Administração Pública Federal, direta e indireta, e dá outras providências"*), 8.078; de 11 de setembro de 1990; assim como dos decretos nºs 4.766, de 26 de junho de 2003 e 2.181, de 20 de março de 1997.

15. Com relação às infrações administrativas, a Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003, no seu art. 2º, define o âmbito de sua aplicação bem como os atores a ela sujeitos da seguinte forma:

Art. 2º Aplica-se o disposto nesta Lei às empresas produtoras de medicamentos, às farmácias e drogarias, aos representantes, às distribuidoras de medicamentos, e, de igual modo, a quaisquer pessoas jurídicas de direito público ou privado, inclusive associações de entidades ou pessoas, constituídas de fato ou de direito, ainda que temporariamente, com ou sem personalidade jurídica, que, de alguma maneira, atuem no setor farmacêutico.

16. Em relação aos preços-teto, o órgão faz distinção entre o controle de preços efetuado em relação aos fabricantes de medicamentos e aos demais comerciantes. Os fabricantes devem observar o teto estabelecido pelo Preço-Fábrica (PF), e os comerciantes, responsáveis pela venda dos medicamentos em varejo, a exemplo das farmácias e drogarias, devem observar o Preço Máximo ao Consumidor (PMC), fixado pela CMED anualmente.

17. Dessa forma, caso a venda seja das farmácias e drogarias para o consumidor final, o valor máximo que pode ser cobrado é o Preço Máximo ao Consumidor (PMC), obtido por meio da divisão do PF por fatores de conversão determinados pela CMED, observadas as cargas tributárias do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) praticadas nos Estados de destino e a incidência da contribuição ao Programa de Integração Social (PIS), ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP) e à Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS).

18. Caso a venda seja para o governo, deve ser, em regra, aplicado ao PF um percentual de desconto chamado de Coeficiente de Adequação de Preços (CAP), o que resulta no Preço Máximo de Venda ao Governo (PMVG). Diz-se "em regra", já que não se aplica o CAP a todas as compras governamentais, mas em duas situações: compras públicas de medicamentos constantes da lista de medicamentos sujeitos ao CAP, definida com base em Resolução da CMED, ou aquisição de qualquer medicamento por força de decisão judicial. Nos casos em que o CAP não for aplicável, o preço teto a ser observado é o PF.

Orientação Interpretativa CMED nº 02/2006

Nos fornecimentos para órgãos públicos através de licitações ou não, o Distribuidor é obrigado a vender os produtos, tendo como referencial máximo o preço fabricante.

(...) Assim, o Preço Máximo ao Consumidor é o preço a ser praticado pelo comércio varejista, ou seja, farmácias e drogarias; e o Preço Fábrica é o teto de preço pelo qual um laboratório ou distribuidor de medicamentos pode comercializar no mercado brasileiro um medicamento, já incorrendo em todos os custos de comercialização, quando o laboratório realiza a comercialização diretamente ao setor varejista; ou concede um desconto em seu preço para que a empresa distribuidora possa cobrir seus custos advindos da distribuição do medicamento ao setor varejista e

também pratique o Preço Fábrica.

19. Posteriormente, por meio da Resolução nº 04, de 2006, a CMED instituiu o CAP (Coeficiente de Adequação de Preço), que consiste em desconto obrigatório imposto às empresas que pretendem comercializar medicamentos com a Administração Pública quando a compra pública envolver medicamentos específicos, ou quando a compra se destinar ao atendimento de decisão judicial. Sobre esse ponto, veja-se:

Art. 2º O CAP será aplicado ao preço dos produtos nos seguintes casos:

I - Produtos que estejam ou venham a ser incluídos no componente de medicamentos de dispensação excepcional, conforme definido na Portaria nº 698, de 30 de março de 2006.

II - Produtos que estejam ou venham a ser incluídos no Programa Nacional de DST/AIDS.

III - Produtos que estejam ou venham a ser incluídos no Programa de Sangue e Hemoderivados.

IV - Medicamentos antineoplásicos ou medicamentos utilizados como adjuvantes no tratamento do câncer.

V - Produtos comprados por força de ação judicial, independente de constarem da relação de que trata o § 1º deste artigo.

VI - Produtos classificados nas categorias I, II e V, de acordo com o disposto na Resolução nº 2, de 5 de março de 2004, desde que constem da relação de que trata o § 1º deste artigo. (Resolução nº 04, de 2006)

20. Nos termos dos artigos 1º, § 2º, e 3º, *caput*, da Resolução *supra*, é possível extrair o conceito de Preço Máximo de Venda ao Governo (PMVG), obtido da aplicação da seguinte fórmula: PF (Preço Fábrica) – CAP (Coeficiente de Adequação de Preço).

Art. 1º As distribuidoras, as empresas produtoras de medicamentos, os representantes, os postos de medicamentos, as unidades volantes, as farmácias e drogarias deverão aplicar o Coeficiente de Adequação de Preço - CAP ao preço dos produtos definidos no art. 2º desta Resolução, sempre que realizarem vendas destinadas a entes da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

[...] §2º A aplicação do CAP sobre o Preço Fábrica – PF resultará no Preço Máximo de Venda ao Governo – PMVG. (Resolução nº 04, de 2006)

21. Com base nas informações acima, as categorias de preço-teto para cada tipo de compra podem ser organizadas na seguinte tabela:

Venda do distribuidor para drogarias, farmácias e afins	Venda da rede varejista para o consumidor final	Venda para governo de medicamento na lista do CAP	Venda para o governo de qualquer medicamento por determinação judicial	Venda para o governo SEM determinação judicial e de medicamento que NÃO está na lista do CAP
PF	PMC	PMVG	PMVG	PF

22. Quanto aos argumentos recursais sintetizados nas alíneas "a", "b" do parágrafo 8 deste Voto, eles não merecem provimento.

23. Em análise aos autos, restou demonstrado que a empresa, ao ofertar os medicamentos por preço superior ao permitido, desrespeitou as normas acima citadas. Logo, é inquestionável a conduta transgressora da empresa. É de caráter público e toda empresa, ao comercializar medicamentos, deve respeitar as normas estipuladas pela CMED. A CMED estabelece preços-teto, de modo que o fornecedor de medicamentos pode comercializá-los por preço dentro dos limites estabelecidos, cabendo à empresa verificar, no caso concreto, a viabilidade da operação comercial considerando os contornos normativos incidentes.

24. Além do mais, apenas a apresentação da proposta de preços já é suficiente para a configuração de infração. No caso em comento, a empresa, ao apresentar a sua proposta concretizou a oferta dos medicamentos com evidente intenção de venda.

25. Por fim, conforme aduzido em sede de Decisão primária, a

infração de oferta já era prevista no arcabouço normativo da CMED antes da Resolução CMED nº 02/2018, mas também a de venda; isso não só em razão da Orientação Interpretativa nº 1, de 13 de novembro de 2006, e da Orientação Interpretativa nº 2, de 13 de novembro de 2006, mas da Resolução CMED nº 03, de 02 de março de 2011. A determinação tão somente foi mantida no art. 5º, inciso II, alínea "a" da Resolução CMED nº 2, de 16 de abril de 2018. Não há, portanto, que se falar em ilegalidade no fundamento utilizado para instauração deste processo administrativo.

26. Assim sendo, no mérito, negamos provimento ao recurso, sendo mantida a Decisão de primeiro grau.

b) Sobre a proporcionalidade e razoabilidade da sanção de multa aplicada

27. Quanto à dosimetria da sanção, a decisão da SCMED merece reparos.

28. Foram aplicados os critérios objetivos previstos na normatização vigente à época. Essa parametrização prévia dos critérios para cálculo da multa traz previsibilidade e segurança jurídica à atuação da CMED.

29. Quanto às circunstâncias atenuantes, há reparos, observa-se:

a) atenuante de primariedade foi corretamente aplicada, haja vista que empresa não possui condenação transitada em julgado perante a CMED, em período anterior ao cometimento da infração analisada no presente processo, num prazo de cinco anos, nos termos do art. 13, inciso I, alínea "a", da Resolução CMED nº 02/2018.

b) por não se tratar de prática de caráter continuado, e devido a empresa ter comercializado apenas um medicamento, a atenuante de caráter isolado deve ser aplicada, nos termos do art. 13, inciso I, alínea "b", da mesma Resolução.

30. No tocante às circunstâncias agravantes, não há reparações, haja vista que elas não foram aplicadas devido a oferta do medicamento ter ocorrido em março de 2018, antes da entrada em vigor da Resolução nº 02, de 16 de abril de 2018, publicada em 23 de agosto de 2018, não sendo possível retroagir os efeitos das normas para prejudicar o infrator.

31. Com isso, diante da incidência de duas atenuantes, a multa-base no valor histórico de R\$ 307.088,08 (trezentos e sete mil oitenta e oito reais e oito centavos), deve ser reduzida pela metade, chegando-se no valor histórico de R\$ 153.544,04 (cento e cinquenta e três mil quinhentos e quarenta e quatro reais e quatro centavos), a ser atualizado considerando a data da decisão recorrida.

CONCLUSÃO

32. Diante do exposto, voto pelo conhecimento e desprovisionamento do recurso, no sentido de:

a) no mérito, manter o reconhecimento da autoria e da materialidade da prática da infração de comercialização de medicamento por preço superior ao permitido, em descumprimento ao previsto nas Orientações Interpretativas nº 1/2006 e 2/2006, da CMED; bem como no art. 5º, inciso II, alínea "a" da Resolução CMED nº 2/2018.

b) quanto à dosimetria da sanção, acrescentar (*ex officio*) a atenuante de caráter isolado, reduzindo a multa final para o valor histórico de R\$ 153.544,04 (cento e cinquenta e três mil quinhentos e quarenta e quatro reais e quatro centavos), a ser atualizado considerando a data da decisão recorrida.

INGRID TAVARES CORREA

Prestadora de Serviços de Apoio Administrativo

VITOR HUGO DO AMARAL FERREIRA



Documento assinado eletronicamente por **Vitor Hugo do Amaral Ferreira, Diretor(a) do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor**, em 29/09/2025, às 15:45, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **32553168** e o código CRC **4BE95F6C**

O documento pode ser acompanhado pelo site <http://sei.consulta.mj.gov.br/> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.